

PARECER Nº 4/2025/STM-CMA/STM/ANP-RJ-e

Rio de Janeiro, *data da assinatura eletrônica*.

**Assunto: Oferta Permanente de Concessão - Diretrizes Ambientais - Bacia de Santos**

**1. OBJETIVO**

O objetivo deste Parecer é analisar as considerações técnicas emitidas pelos órgãos ambientais competentes, visando à oferta de 248 (duzentos e quarenta e oito) blocos localizados na Bacia de Santos, em atendimento ao art. 6º, § 2º, da Resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) nº 17/2017, e observando o estabelecido na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022.

Trata-se da análise das principais recomendações ambientais apresentadas para a oferta das áreas, bem como das eventuais restrições e condicionantes que deverão ser observadas pelos operadores durante o processo de licenciamento ambiental, constantes na Manifestação Conjunta nº 07/2024 MME/MMA.

**2. REFERÊNCIAS**

- [1] Resolução CNPE nº 17/2017, de 08 de junho de 2017
- [2] Resolução CNPE nº 27/2021, de 09 de dezembro de 2021
- [3] Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022, de 22 de março de 2022
- [4] Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ (SEI 4040085)
- [5] Portaria GM/MMA nº 806, de 24 de outubro de 2023
- [6] Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA (SEI 4574501)
- [7] Parecer Técnico nº 885/2024/MMA (SEI 4574502)
- [8] Manifestação Conjunta Nº 07/2024 (SEI 4589252)
- [9] Portaria GM/MMA Nº 918, de 29 de dezembro de 2023

**3. INTRODUÇÃO**

1. A Resolução CNPE nº 17/2017 [1], modificada pela Resolução CNPE nº 27/2021 [2], autorizou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a definir e licitar blocos em quaisquer bacias terrestres ou marítimas, bem como licitar campos devolvidos ou em processo de devolução, por meio de ofertas permanentes, à exceção dos campos ou blocos na área do pré-sal e nas áreas estratégicas, que demandam Resolução específica do CNPE.

2. O art. 6º da Resolução CNPE nº 17/2017 [1] dispõe que o planejamento de outorga de áreas levará em consideração as conclusões de estudos multidisciplinares de avaliações ambientais de bacias sedimentares, com abrangência regional, que subsidiarão o planejamento estratégico de políticas públicas, de modo a dar maior segurança e previsibilidade ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos petrolíferos, segundo as melhores práticas internacionais.

3. No caso de áreas nas quais ainda não tenham sido concluídos tais estudos, como as que se pretende incluir na Oferta Permanente de Concessão da Bacia de Santos, as avaliações sobre possíveis restrições ambientais serão sustentadas por manifestação conjunta do Ministério de Minas e Energia (MME) e do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). Os procedimentos, critérios e prazos para as manifestações conjuntas foram disciplinadas pela Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

4. Quanto aos 248 blocos em análise, a ANP solicitou, por meio do Ofício nº 233/2024/DG/ANP-RJ [4], apoio institucional ao MME e MMA para realizar a interlocução junto aos órgãos ambientais competentes, de modo a retomar a inclusão de blocos no edital de licitações da Oferta Permanente de Concessão (OPC). Ato contínuo, o MME solicitou ao Grupo de Trabalho Interinstitucional de Atividades de Exploração e Produção de Óleo e Gás – GTPEG, criado a partir da Portaria GM/MMA Nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, a elaboração de parecer ambiental para os blocos indicados na Tabela 1 e representados na Figura 1.

Tabela 1 - Relação das áreas em estudo na Bacia de Santos

Bacia de Santos - 248 blocos	
Setor	Blocos Exploratórios
SS-AP1 (6 blocos)	S-M-164, S-M-166, S-M-168, S-M-170, S-M-233, S-M-235
SS-AP3 (3 blocos)	S-M-1103, S-M-1105, S-M-1233
SS-AP4 (12 blocos)	S-M-1229, S-M-1231, S-M-1352, S-M-1354, S-M-1358, S-M-1478, S-M-1480, S-M-1597, S-M-1603, S-M-1811, S-M-1906, S-M-1912
SS-AR1 (39 blocos)	S-M-104, S-M-105, S-M-106, S-M-107, S-M-108, S-M-109, S-M-110, S-M-111, S-M-112, S-M-113, S-M-130, S-M-131, S-M-132, S-M-133, S-M-134, S-M-135, S-M-136, S-M-137, S-M-138, S-M-139, S-M-140, S-M-141, S-M-142, S-M-160, S-M-161, S-M-162, S-M-163, S-M-195, S-M-196, S-M-197, S-M-198, S-M-228, S-M-229, S-M-230, S-M-231, S-M-232, S-M-273, S-M-274, S-M-275
SS-AR2 (6 blocos)	S-M-269, S-M-313, S-M-315, S-M-359, S-M-360, S-M-404A
SS-AR3 (48 blocos)	S-M-502, S-M-557, S-M-558, S-M-559, S-M-613, S-M-614, S-M-615, S-M-616, S-M-669, S-M-670, S-M-671, S-M-672, S-M-724, S-M-725, S-M-726, S-M-727, S-M-728, S-M-729, S-M-783, S-M-784, S-M-785, S-M-786, S-M-787, S-M-788, S-M-789, S-M-843, S-M-844, S-M-845, S-M-846, S-M-847, S-M-848, S-M-849, S-M-906, S-M-907, S-M-908, S-M-909, S-M-910, S-M-911, S-M-971, S-M-972, S-M-973, S-M-974, S-M-975, S-M-1036, S-M-1037A, S-M-1038, S-M-1039, S-M-1102A
SS-AR4 (111 blocos)	S-M-905, S-M-968, S-M-969, S-M-970, S-M-1031, S-M-1032, S-M-1033, S-M-1034, S-M-1035, S-M-1095, S-M-1096, S-M-1097, S-M-1098, S-M-1099, S-M-1100, S-M-1101A, S-M-1158, S-M-1159, S-M-1160, S-M-1161, S-M-1162, S-M-1163, S-M-1164, S-M-1165A, S-M-1221, S-M-1222, S-M-1223, S-M-1224, S-M-1225, S-M-1226, S-M-1227, S-M-1228, S-M-1282, S-M-1283, S-M-1284, S-M-1285, S-M-1286, S-M-1287, S-M-1288, S-M-1289, S-M-1290, S-M-1345, S-M-1346, S-M-1347, S-M-1348, S-M-1349, S-M-1350, S-M-1351, S-M-1408, S-M-1409, S-M-1410, S-M-1411, S-M-1412, S-M-1413, S-M-1414, S-M-1470, S-M-1471, S-M-1472, S-M-1473, S-M-1474, S-M-1475, S-M-1476, S-M-1477, S-M-1530, S-M-1531, S-M-1532, S-M-1533, S-M-1534, S-M-1535, S-M-1536, S-M-1538, S-M-1590, S-M-1591, S-M-1592, S-M-1593, S-M-1594, S-M-1595, S-M-1596, S-M-1645, S-M-1646, S-M-1647, S-M-1648, S-M-1649, S-M-1650, S-M-1651, S-M-1652, S-M-1701, S-M-1702, S-M-1703, S-M-1704, S-M-1705, S-M-1706, S-M-1754, S-M-1755, S-M-1756, S-M-1757, S-M-1758, S-M-1759, S-M-1807, S-M-1808, S-M-1809, S-M-1810, S-M-1854, S-M-1855, S-M-1856, S-M-1857, S-M-1901, S-M-1902, S-M-1903, S-M-1904, S-M-1905
SS-AUP4 (12 blocos)	S-M-1484, S-M-1605, S-M-1607, S-M-1609, S-M-1819, S-M-1821, S-M-1823, S-M-1825, S-M-1914, S-M-1916, S-M-1918, S-M-1920
SS-AUP5 (11 blocos)	S-M-881, S-M-883, S-M-885, S-M-887, S-M-889, S-M-1006, S-M-1008, S-M-1494, S-M-1496, S-M-1613, S-M-1617

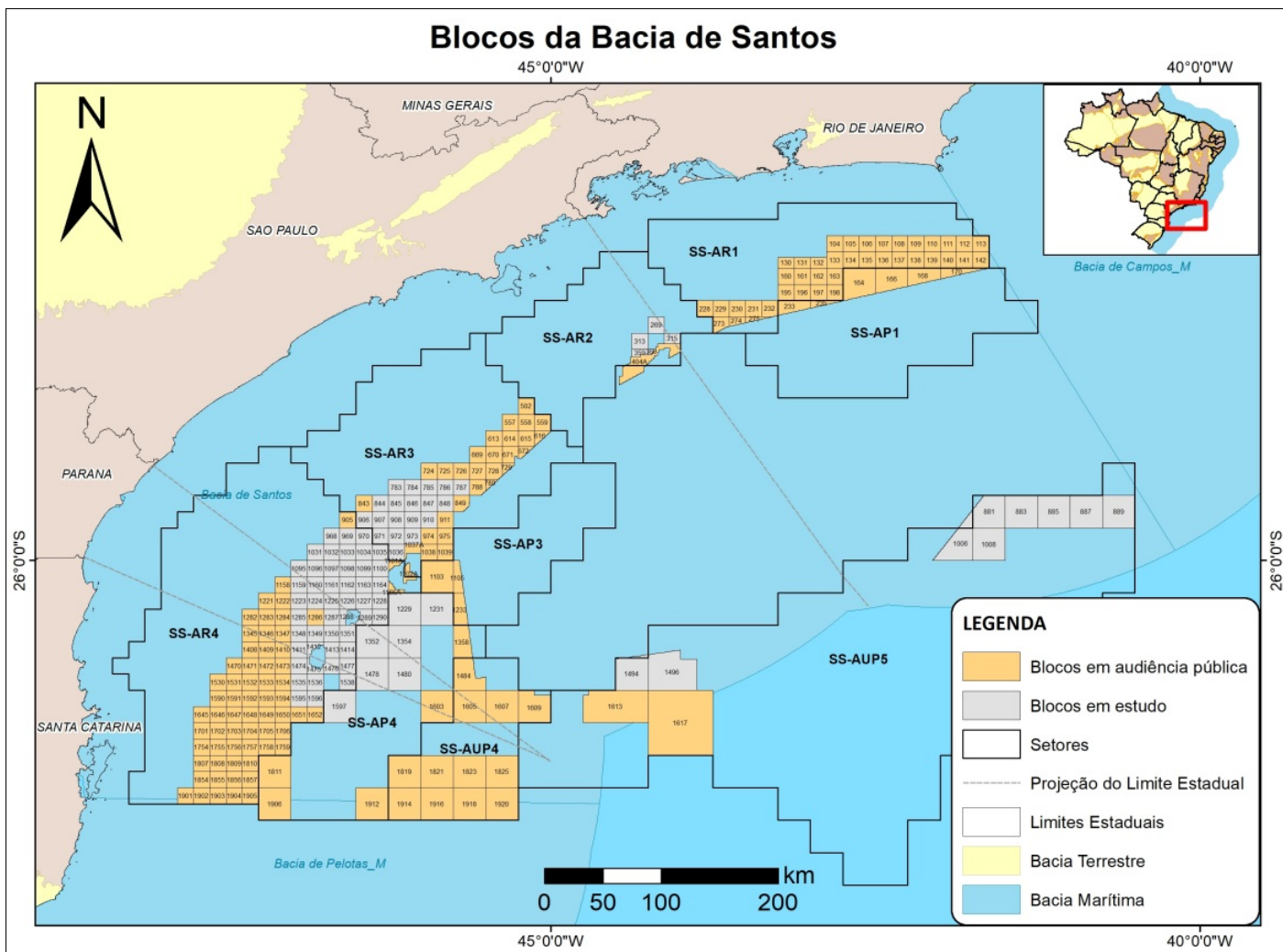


Figura 1 – Localização dos blocos em estudo na Bacia de Santos. Em laranja, estão os blocos que permanecem na Oferta Permanente até 2025, enquanto em cinza, estão aqueles que foram excluídos da Oferta devido ao vencimento das Manifestações Conjuntas. Fonte: DEPG/SNPGB/MME (dezembro, 2024).

5. O pedido da ANP foi atendido em 11/12/2024, por meio do Ofício Circular Nº 1395/2024/MMA [6], que encaminhou o Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG. Em 17/12/2024, a Manifestação Conjunta nº 07/2024 [8] foi assinada pelo MMA e pelo MME, **considerando aptos os 248 blocos** localizados na Bacia de Santos.

6. Considerando a Resolução CNPE nº 17/2017 [1], não há necessidade de manifestação dos órgãos estaduais de meio ambiente, pois não há blocos em bacias terrestres.

#### 4. ANÁLISE DAS ÁREAS A SEREM OFERTADAS

7. No início do processo de definição de blocos, a ANP realiza uma análise preliminar, visando identificar questões críticas com relação ao estabelecimento de atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e à conservação do meio ambiente.

8. A Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], em seu art. 2º, inciso I, estabelece que, após a definição dos blocos ou áreas a serem ofertadas de forma permanente pela ANP, e em se tratando de bacia sedimentar marítima, faz-se necessário solicitar pareceres ao IBAMA e ao ICMBio e, quando couber, a outros órgãos e entidades da administração pública.

9. Após o recebimento dos pareceres ambientais, a ANP avalia as recomendações específicas de cada órgão ambiental, e realiza eventuais recortes nos blocos para a adequação e/ou exclusões de áreas ambientalmente sensíveis.

10. Considerando a localização das citadas áreas, que são objeto de concessão, a serem

incluídas no edital da Oferta Permanente, cabe destacar que a Manifestação Conjunta MME/MMA nº 07/2024 [8] considerou os regramentos aplicáveis da Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3], estabelecido no art 4º, inciso I, a), que trata da exclusão de áreas com sobreposição de unidades de conservação, no inciso II, c), que trata da sobreposição com fauna ameaçadas de extinção, inciso III, que trata do potencial petrolífero, além de eventuais restrições ambientais das áreas e/ou blocos a serem ofertados, bem como os aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados.

11. Os demais critérios estabelecidos pelo art. 4º da Portaria não são aplicáveis à presente análise, por tratarem de aspectos relacionados a áreas e/ou blocos terrestres.

#### 4.1 - Aspectos específicos apontados pelos órgãos consultados

12. O Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] destacou que o GTPEG foi reinstalado no âmbito do MMA, pela Portaria GM/MMA nº 806 [5], de 24 de outubro de 2023, com representantes do MMA, IBAMA e do ICMBio. A composição vigente do GTPEG foi estabelecida pela Portaria GM/MMA Nº 918 [9], de 29 de dezembro de 2023, e a avaliação contida no parecer foi resultado do trabalho de integrantes das seguintes entidades e unidades: Ibama, ICMBio, SBIO/MMA, SQA/MMA, SMC/MMA, SBC/MMA e SECEX/MMA.

13. Na análise efetuada pelo GTPEG no Parecer [7], os elementos abaixo foram levados em consideração, e a partir da avaliação deles, o GTPEG apresenta suas contribuições ao licenciamento ambiental e as conclusões sobre as áreas em estudo.

- i) Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira;
- ii) Ecossistemas e habitats marinhos sensíveis;
- iii) Unidades de Conservação;
- iv) Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção e Sensíveis à atividade de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural;
- v) Áreas de concentração de atividade pesqueira;
- vi) Experiência pretérita dos processos de licenciamento ambiental conduzidos pela DILIC/IBAMA; e
- vii) Conhecimentos setoriais do ICMBio e do MMA

14. Com relação às **áreas prioritárias para conservação da biodiversidade brasileira** foram identificadas 8 sobreposições: ZCM-101, ZCM-102, ZCM-103, ZCM-104, ZCM-123, ZCM-134, ZCM-136 e ZCM-137. Há áreas de importância biológica e prioridade da ação classificadas como “Extremamente Alta”, como por exemplo as áreas ZCM-103, ZCM-104 e ZCM134, além de diversas indicações de lacunas de conhecimento sobre a biodiversidade da região, conforme as Figuras 2 e 3 a seguir:

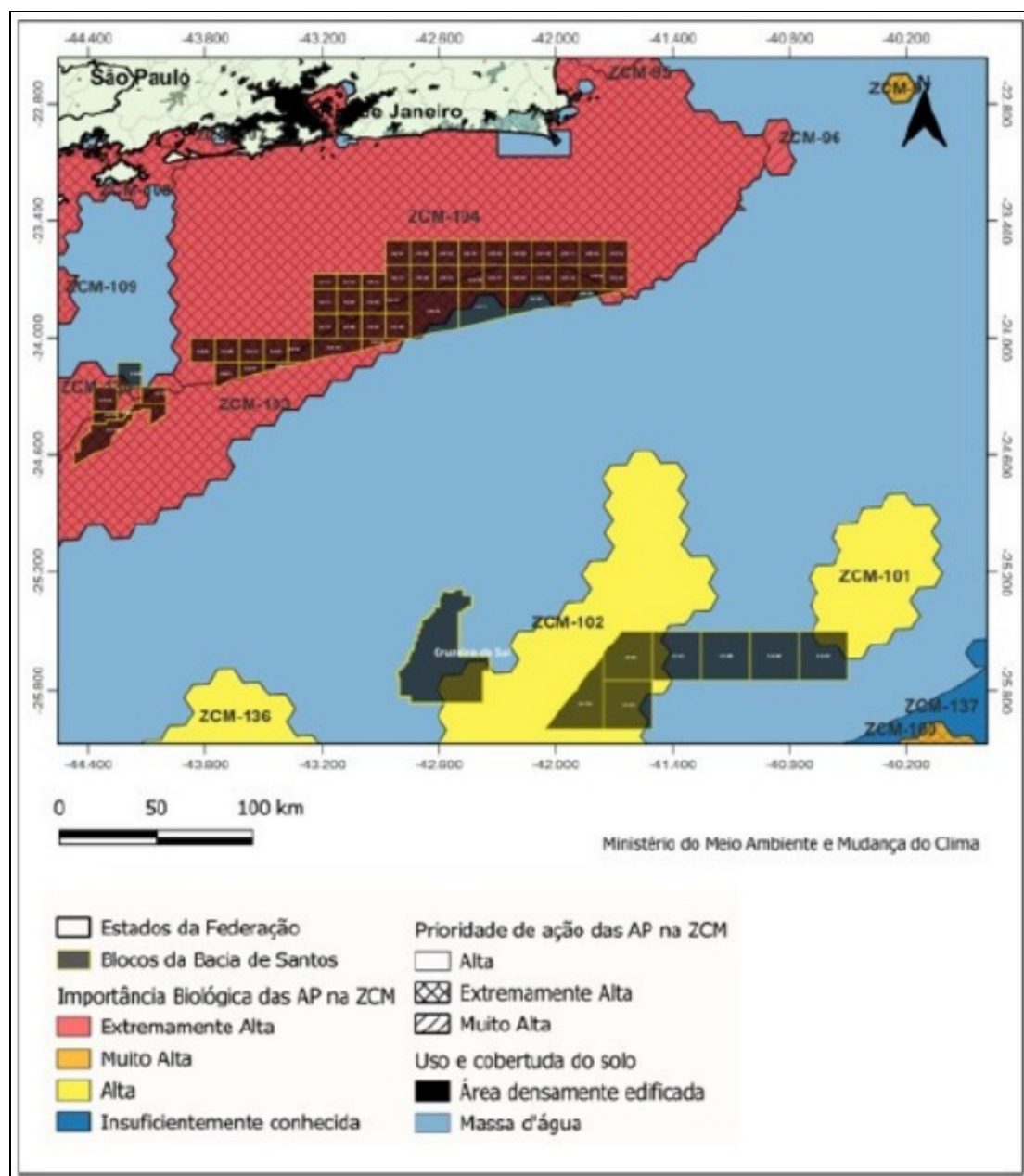


Figura 2 – Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Portaria MMA nº 463/2018) – região norte da bacia. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).



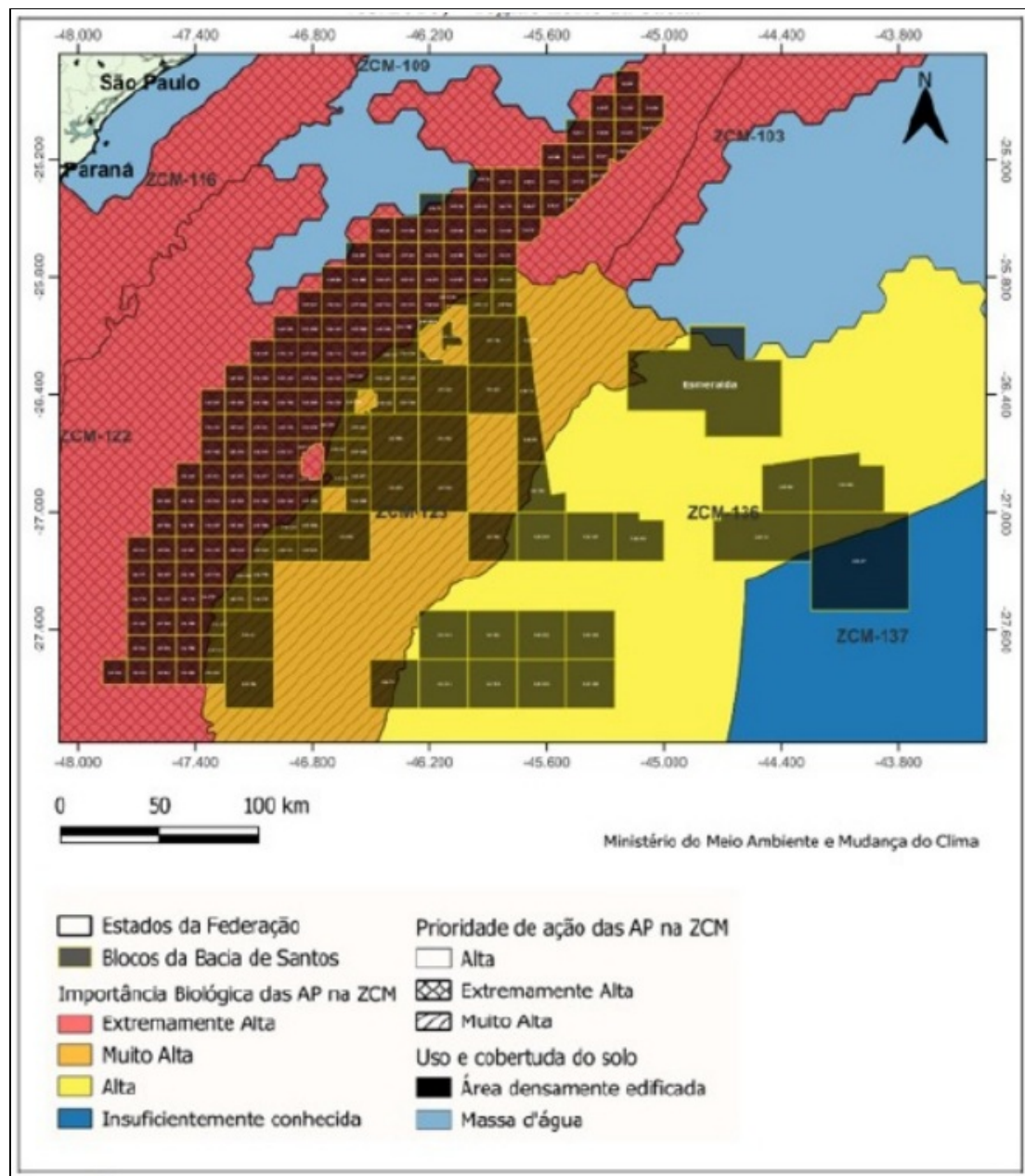


Figura 3 – Sobreposição das áreas em avaliação com Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Portaria MMA nº 463/2018) – região sul da bacia. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

15. No que tange à sobreposição dos blocos em estudo com **ecossistemas e habitats marinhos sensíveis**, o Parecer GTPEG [7] indicou que há sobreposição de blocos com áreas de especial relevância ecológica, como áreas de talude, de alimentação (forrageio) de tartarugas marinhas e de recifes mesofóticos e profundos, conforme Figura 4.

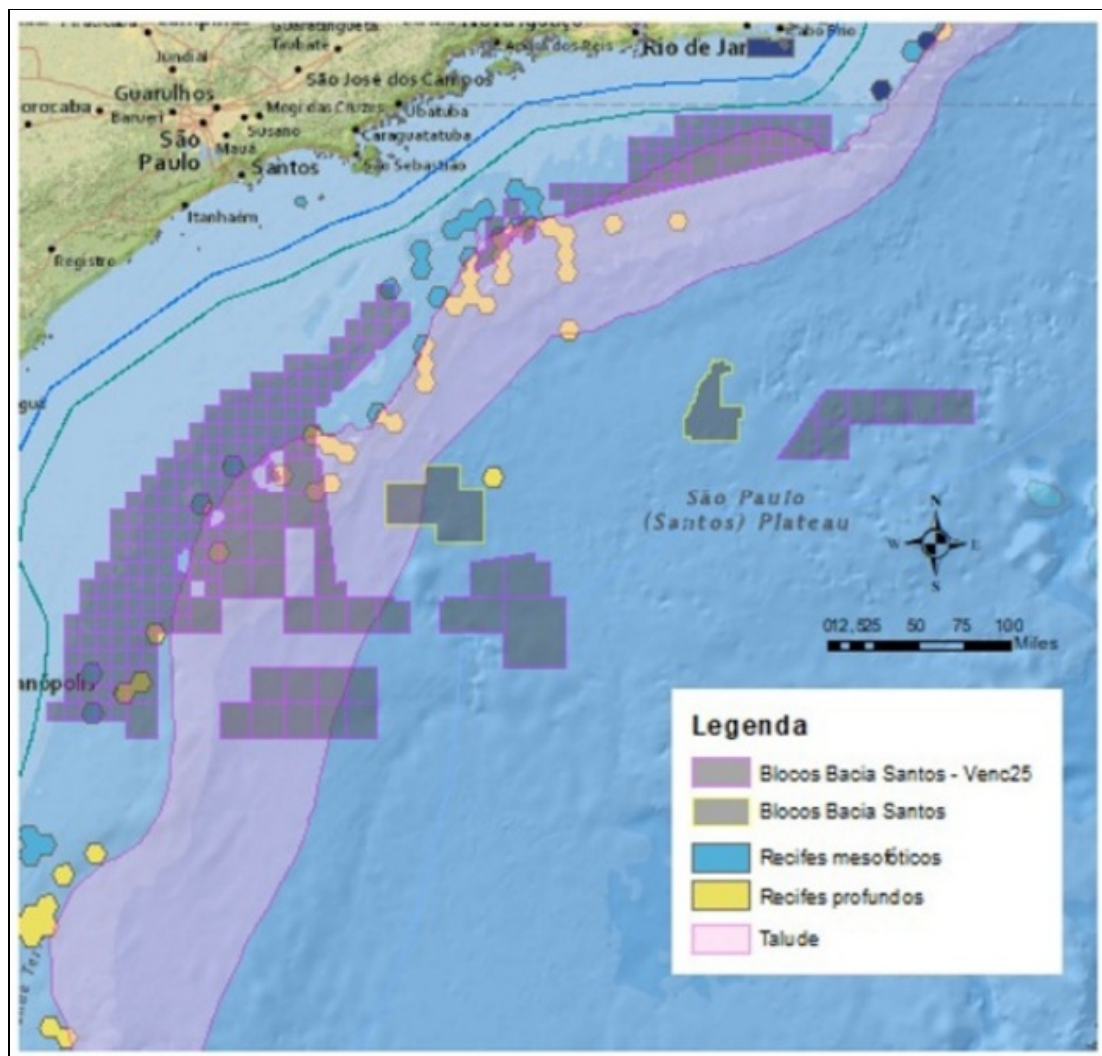


Figura 4 – Sobreposição dos blocos de Santos analisados com ecossistemas e habitats marinhos sensíveis. Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

16. Com relação à análise de sobreposições a **Unidades de Conservação**, foi informado que "Não há sobreposição dos blocos mencionados na Bacia de Santos com Unidades de Conservação ou propostas de criação ou ampliação."

17. Com relação à sobreposição das áreas em estudo com ocorrência de espécies da **fauna ameaçada de extinção**, a análise teve como base o Plano de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira (PRIM-PGMar). Da avaliação da sobreposição das áreas em estudo com o mapa produzido pelo PRIM-PGMar, o Parecer "identificou que os setores mais sensíveis e de menor compatibilidade com atividades petrolíferas são os setores SS-AR1, SSAR2, SS-AR3 e SS-AUP5, em especial os blocos mais próximos ao litoral". Além disso, os blocos da Bacia de Santos apresentam sobreposição com a área de ocorrência de 97 espécies sensíveis aos EPP&G, com diferentes categorias de ameaça à extinção. Entre elas, 25 estão criticamente em perigo (CR), 26 Em Perigo (EN), 35 Vulneráveis (VU), conforme Figura 5.

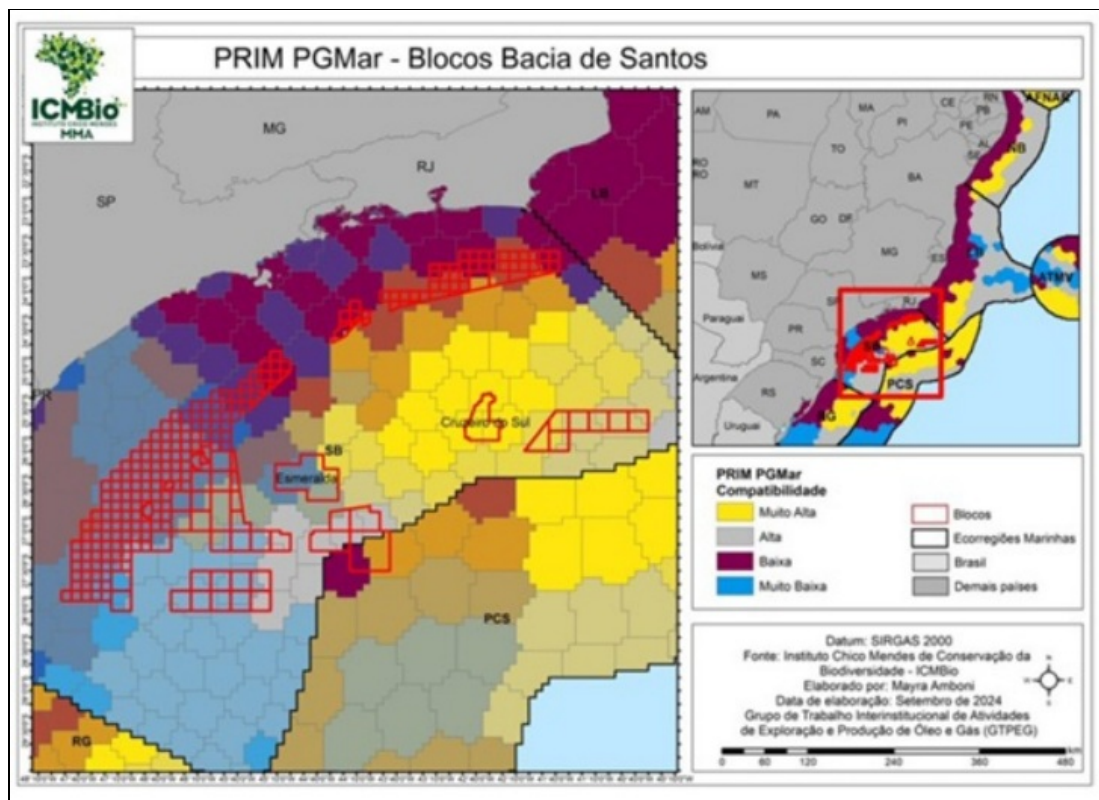


Figura 5 - Mapa de Compatibilidade entre a EPP&G e a Conservação da Biodiversidade sobrepostos aos 248 blocos nos setores SS-AR1, SS-AR2, SS-AR3, SS-AR4, SS-AP1, SS-AP3, SS-AP4, SS-AUP4, SC-AUP4 e SS-AUP5, localizados na Ecorregião Sudeste do Brasil (SB). Fonte: Parecer GTPEG [7] (dezembro, 2024).

18. A análise quanto aos **recursos pesqueiros** ressalta que os blocos na Bacia de Santos apresentam uma configuração bastante complexa. Cita que a maioria desses blocos está sobreposta à plataforma continental, onde há registro de um complexo mosaico de pescarias sendo realizadas, em grande escala. Mas há também blocos em áreas mais profundas, onde os registros de pesca são mais esparsos. A partir das informações levantadas, o GTPEG aponta que: "Há sobreposição com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos situados no extremo sul da bacia (S-M-1819, 1821, 1823, 1825, 1912, 1914, 1916, 1918, 1920) e nos blocos situados sobre a quebra do talude (S-M-1229, 1231, 1354, 1480 e 1603), com destaque para a área de ocorrência da espécie *Aristaeopsis edwardsiana* (Camarão carabineiro)."

19. Em **contribuições aos futuros licenciamentos ambientais** foi indicado que, embora a bacia de Santos seja uma região petrolífera consolidada, a abrangência geográfica dos 248 blocos propostos pela ANP configura desafios bem distintos. Para as áreas contíguas às operações já sendo executadas na bacia, o cenário é de existência de programas regionais de mitigação e monitoramento, e considerável conhecimento sobre a biodiversidade sendo gerado a partir do licenciamento. Para essas áreas, é fundamental avançar no debate sobre impactos cumulativos e sinérgicos no licenciamento ambiental. Já para as áreas mais remotas, afastadas das áreas ocupadas atualmente pela indústria, o cenário é de relativa escassez de informações sobre a biodiversidade, o que reveste o licenciamento de importância adicional e demanda investimentos específicos para superação dessas lacunas.

20. Foi destacado no Parecer [7] que, nos processos de licenciamento na região, tem sido dada especial atenção aos seguintes aspectos:

- Presença de bancos de corais de águas profundas na região do talude continental (entre 200 e 1000 m de profundidade) não sendo permitida perfuração direta sobre essas comunidades;
- Impactos sobre áreas de maior concentração de cetáceos na região do talude (entre 200 e 2000 m de profundidade);
- Emissões de gases de efeito estufa (GEE) decorrentes da queima de expressivos



volumes de gás natural para geração de energia nas plataformas e eventuais emissões fugitivas;

- Impactos socioeconômicos diretos e indiretos, com destaque para a interferência com a atividade pesqueira, em especial, com a pesca artesanal;
- Riscos de vazamentos, especialmente na etapa de perfuração de poços exploratórios;
- Impactos cumulativos de muitas atividades concomitantes, incluindo pesquisas sísmicas, perfuração de poços e atividades de produção e escoamento de óleo e gás.

21. De forma geral, estes fatores, aspectos e impactos ambientais têm demandado o estabelecimento de medidas específicas para caracterização, monitoramento, mitigação e compensação. Com a consolidação das atividades petrolíferas na bacia de Santos, foram desenvolvidas diversas iniciativas regionalizadas no contexto das medidas ambientais exigidas no licenciamento. Novos empreendimentos, sempre que possível, devem buscar se inserir de maneira harmônica nesse contexto, otimizando recursos e ampliando o escopo das iniciativas regionais.

22. A viabilidade ambiental da exploração e produção de petróleo e gás em qualquer área depende das condições específicas de cada projeto a ser elaborado. Como exemplo, empreendimentos que envolvam cenários acidentais com alta probabilidade de toque em áreas ambientalmente sensíveis podem ter sua licença ambiental indeferida caso não se mostrem capazes de proteger efetivamente tais áreas. Para tanto, os Planos de Emergência Individuais dos empreendimentos devem contemplar análises de vulnerabilidade com especial atenção às Unidades de Conservação e às espécies ameaçadas presentes na área. Poderão ser exigidos recursos adicionais aos recursos mínimos previstos na Resolução CONAMA nº 398/08.

23. Mesmo inseridas em bacias com histórico de produção petrolífera, algumas áreas mais distantes da costa e a parte sul da bacia ainda são relativamente pouco conhecidas do ponto de vista da biodiversidade. Especial atenção deverá ser dada às lacunas de conhecimento durante o processo de licenciamento ambiental. Alguns blocos avaliados encontram-se em posição adjacente a áreas onde já ocorrem outras atividades petrolíferas. O licenciamento ambiental deve dar especial atenção para a avaliação de impactos sinérgicos e cumulativos nesses casos.

24. Além disso, o Parecer [7] indicou o acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental pelo Ministério Público Federal e Estadual, e por organizações da sociedade civil. Por fim, registrou que deve ser destacado que o Planejamento Espacial Marinho do Brasil está em desenvolvimento, e os estudos técnicos do Sudeste podem trazer diretrizes e um plano de gestão para as áreas analisadas no parecer, e que no momento do leilão dessas áreas ou posterior licenciamento ambiental, as diretrizes do PEM Brasil devem ser consideradas.

25. Foi recomendado que o processo de licenciamento ambiental na Bacia de Santos adote uma abordagem preventiva, levando em conta a sensibilidade ecológica da região, especialmente nas áreas próximas à quebra da plataforma continental, onde habitats bentônicos sustentam espécies demersais de importância ecológica. É essencial realizar estudos ambientais detalhados que avaliem os impactos potenciais das atividades de exploração de recursos, incluindo levantamentos sobre a biodiversidade e a dinâmica das comunidades marinhas locais. Além disso, medidas de mitigação, como a delimitação de zonas de exclusão para proteger áreas de maior sensibilidade ecológica devem ser implementadas, juntamente com um monitoramento contínuo das atividades para garantir que os impactos sejam minimizados e que a sustentabilidade pesqueira e a saúde dos ecossistemas sejam mantidas ao longo do tempo.

26. Em **conclusão sobre a Bacia de Santos**, o Parecer [7] retoma que:

- Há sobreposição com 8 áreas prioritárias para a biodiversidade, ZCM-101, ZCM-102, ZCM-103, ZCM-104, ZCM-123, ZCM-134, ZCM-136 e ZCM-137. Há áreas de importância biológica e prioridade da ação classificadas como “Extremamente Alta”, como por exemplo as áreas ZCM-103, ZCM-104 e ZCM-134, além de diversas indicações de lacunas de conhecimento sobre a biodiversidade da região;

- Não há sobreposição dos blocos com proposta prioritária de criação de unidade de conservação.
- Há sobreposição com áreas de ocorrência de 97 espécies ameaçadas de extinção, incluindo as categorias “Criticamente em Perigo” (n=25), “Em Perigo” (n=26) e “Vulnerável” (n=35). O PRIM-PGMar identificou que os setores mais sensíveis e de menor compatibilidade com atividades petrolíferas são os setores SS-AR1, SSAR2, SS-AR3 e SS-AUP5, em especial os blocos mais próximos do litoral.
- Há sobreposição com importantes áreas de pesca, notadamente nos blocos situados no extremo sul da bacia (S-M-1819, 1821, 1823, 1825, 1912, 1914, 1916, 1918, 1920) e nos blocos situados sobre a quebra do talude (S-M-1229, 1231, 1354, 1480 e 1603), com destaque para a área de ocorrência da espécie *Aristaeopsis edwardsiana* (Camarão carabineiro).

27. **"Apesar das sobreposições identificadas, o GTPEG concluiu que não há necessidade de ajustes nas áreas propostas na Bacia de Santos (Tabela 11 do Anexo 1, SEI nº 1845689)." e "[E]m síntese, o GTPEG não recomenda, para a bacia de Santos, adequações para os 248 blocos propostos."**

#### 4.2 - Análise de Sobreposição

28. Na Manifestação Conjunta [8] foi considerada a análise de eventual sobreposição com unidades de conservação, áreas prioritárias para a biodiversidade, Ecossistemas e habitats marinhos sensíveis, ocorrência de espécies da fauna ameaçadas de extinção e com importantes áreas de pesca, realizadas pelo GTPEG no Parecer Técnico [7], não se aplicando as demais análises de sobreposições através de geoinformações indicadas na Portaria [3], por se tratar de ambiente marítimo.

#### 4.3 - Potencial Petrolífero

29. O MME informou que para elaboração da seção relativa ao potencial petrolífero, na Manifestação Conjunta [8], foi utilizado como referência o Sumário Geológico da Bacia de Santos, elaborado pela SAG em 2022, disponível no link: [https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/sumario\\_geologico\\_op\\_santos.pdf](https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/arquivos/sg/sumario_geologico_op_santos.pdf)

30. No texto constou o conteúdo das seções Introdução, Histórico Exploratório e Avaliação dos Blocos em Oferta, e foram atualizados apenas alguns dados relacionados à produção e ao número de blocos, com base nas informações mais recentes fornecidas pela ANP.

#### 4.4 - Diretrizes Ambientais

31. As informações dos pareceres, usualmente chamadas de “Diretrizes Ambientais”, são fundamentais para que as empresas interessadas possam propor Programas Exploratórios Mínimos compatíveis com a sensibilidade ambiental dos blocos e, por esse motivo, são divulgadas durante as Audiências Públicas, e disponibilizadas no site da ANP com as demais informações sobre os procedimentos de oferta de áreas, bem como no Pacote de Dados.

32. Com base nas informações relatadas acima, podemos afirmar que a documentação apresentada pelo GTPEG, e a Manifestação Conjunta Nº 07/2024 [8], estão em conformidade com os requisitos definidos na Portaria Interministerial MME/MMA nº 01/2022 [3].

### 5. CONCLUSÃO

33. Com base no Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7] elaborado pelo GTPEG, corroborado pela Manifestação Conjunta Nº 07/2024 MMA/MME [8], não há necessidade de exclusão ou adequação de áreas. Assim, a ANP está apta para ofertar os 248 blocos em análise, localizados na Bacia de Santos,

observados os comentários e recomendações apresentadas ao longo do Parecer Técnico nº 885/2024/MMA [7].



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JOSE MARCELO PEREIRA**, **Agente Público S/CCT**, em 27/01/2025, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO VITALI**, **Especialista em Regulação**, em 27/01/2025, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA GODOY MARTINS CORREA**, **Coordenadora Geral de Meio Ambiente**, em 27/01/2025, às 19:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.anp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.anp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **4652774** e o código CRC **1BA53156**.